

VILAS URBANAS DE MANAUS

Habitação coletiva, herança cultural e lugares de memória (1900-1950)

Ana do Nascimento Guerreiro

Mestre em História Social pela UFAM; especialista em Patrimônio Cultural pelo PEP/IPHAN/UNESCO; Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Nilton Lins, Manaus, Amazonas.

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a pesquisa que trata o fenômeno das Vilas Urbanas de Manaus, como experiências de habitação coletiva construídas na primeira metade do século XX. Esses agrupamentos arquitetônicos inseridos no tecido urbano do Centro Histórico de Manaus se distinguem, morfológicamente, pela implantação no interior dos quarteirões, em que predomina a noção de conjunto estabelecida no partido arquitetônico em relação aos demais edifícios, e que revelam, a partir da sua materialidade, processos que fizeram parte da produção da cidade. Sua relevância enquanto patrimônio cultural é demonstrada a partir da análise tipológica da arquitetura e de como a configuração de seus espaços privado e semipúblico influenciaram sua condição de receptáculo da memória coletiva da formação da sociedade manauara.

Palavras-chave: Vilas; Habitação coletiva; Patrimônio cultural; Memória coletiva.

Abstract: This article presents a reflection about the research that treats the phenomenon of Villages in Manaus as collective housing experiences, built in the first half of the twentieth century. These housing groups inserted at the Historic Center of Manaus urban fabric, are morphologically distinguished by the emplacement within the blocks, in which predominates the notion of ensemble established in the architectural conception compared to surrounding buildings, and which reveal, from their materiality, processes that were part of the city's production. The relevance as a cultural heritage is demonstrated from the typological analysis of architecture and the configuration of its private and semi-public spaces, and at the same time, as receptacles of part of the collective memory of the formation of the manauara society.

Keywords: Villages; Collective housing; Cultural heritage; Collective memory.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, estudos relevantes têm abordado os processos de deterioração e exclusão social crescentes dos centros históricos das cidades brasileiras, justificados na maioria, por questões econômicas que promovem o deslocamento de atividades para áreas mais atrativas e o consequente esvaziamento e arruinamento de imóveis, além da degradação dos espaços públicos.

Na busca pela compreensão da modernidade e de seus elementos mais significativos, as cidades se mostram claramente como espaços de conflitos, onde se faz necessário refletir acerca das transformações ocorridas em seu território junto aos processos sociais de ocupação desse tecido urbano-humano a partir de um olhar investigador. No entanto, a cidade que se descontrói para revelar sua substância, na perspectiva da pesquisa em História deve ser compreendida como lugar de disputas, como afirma Harvey, “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital nas lutas de classes” (Harvey, 1993, p. 212).

A principal contribuição que este trabalho pretende alcançar é um avanço na historiografia urbana de Manaus, ao investigar, a partir de uma perspectiva mais específica do acervo arquitetônico urbano, como o fenômeno das vilas de casas foi parte relevante da produção do espaço urbano e na evolução das formas da habitação coletiva dentro do contexto histórico de transformações do território ocupado pelo Centro Histórico de Manaus na primeira metade do século XX. Além disso, espera-se agregar conteúdo acerca da produção da habitação popular para fins de reconhecimento, valorização e preservação, por tratar-se de um tema pouco abordado como objeto de estudo.

A motivação para pesquisar sobre as Vilas de Casas no centro histórico tombado de Manaus surgiu da reflexão acerca de dois momentos distintos: O primeiro encontra-se no Tombamento Federal, por meio de notificação publicada no Diário Oficial da União em 22/11/2010. O documento que deu suporte à aplicação do tombamento é um dossiê Tombamento do Centro Histórico de Manaus, realizado pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN, o qual apresenta uma série de inconsistências e omissões que acarretaram alguns equívocos na delimitação das áreas selecionadas. O segundo foi em 2012, quando a Villa Georgette sofreu um incêndio que destruiu 7 das 16 casas que formavam o conjunto arquitetônico construído na primeira década do século XX (A Crítica, 09.08.2012). O que causou mais estranhamento, foi flagrar que justamente esta vila e muitos outros conjuntos de habitações coletivas daquele período não estavam incluídos na área protegida, e nem sequer citadas ou consideradas dentro do escopo dos

diversos exemplares do patrimônio edificado da cidade que nortearam a definição das áreas. Confirmando assim, que o critério de seleção do IPHAN, reafirmava, por força institucional, que os “bens imóveis” selecionados como protegidos seriam aqueles de estilo eclético caráter monumental, vinculados esteticamente com a imagem de riqueza da *Belle Époque* que quer perpetuar.

Na definição de Françoise Choay, a expressão Patrimônio é muito antiga, está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, que quer dizer “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, de pai para filho”. Ao longo dos últimos anos, Patrimônio Cultural, passou a ser compreendido como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” e se ampliou em “dimensões planetárias” (Choay, 2006, p. 11).

No entanto, “o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico, deve merecer mais do que uma simples aprovação”. Requer um questionamento porque “constitui um elemento revelador de uma sociedade e das questões que ela encerra” (Choay, 2006, p. 11). Desta forma, dentro da abrangência do conceito de Patrimônio e Cultura Material, para este estudo, apropria-se como categoria exemplar, aquela que relaciona mais diretamente à vida cotidiana de todos: o patrimônio histórico edificado que tem como destino e função dar abrigo ao indivíduo e sua família – a habitação familiar (a casa), “o domus”, compreendendo como o caráter construtivo desse espaço é representativo para a compreensão da evolução da vida privada.

O objeto de estudo dessa pesquisa trata das Vilas de Casas existentes no perímetro urbano que corresponde ao Centro Histórico de Manaus e construídas entre 1900 e 1950. Aqui propostas como aquelas que correspondem ao agrupamento de casas geminadas e semelhantes, enfileiradas em um terreno inserido no interior no quarteirão e servido por uma via privada exclusiva. Muito embora seja possível encontrar também pequenos conjuntos de casas geminadas, lado a lado, com placas de identificação onde denominam-se vilas – não são de fato. As vilas tratadas nesta pesquisa se diferem pela representatividade da estrutura espacial no tecido urbano e por possuírem um partido arquitetônico¹ predominante – que proporciona a noção de conjunto.

Sendo assim, é de extrema relevância a compreensão de que a habitação está no centro da relação espaço-sociedade, sendo o elemento

¹ Partido arquitetônico ou simplesmente partido – Linhas gerais que definem e demonstram as ideias que norteiam o projeto: prioridades funcionais, tecnológicas ou estéticas.

arquitetônico mais importante do ambiente construído na produção da cidade. Nesse contexto “a habitação coletiva é uma das mais importantes arquiteturas dos tempos modernos”. Apesar disso, poucos autores se detiveram sobre esse tema como objeto teórico “em suas manifestações empíricas” (Vaz, 2002, p. 18) A habitação popular, além de ocupar parcelas substanciais da produção do espaço, é parte integrante do cotidiano e “interfere nas práticas sociais, apoia a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população e participando da formação das identidades sociais” (Vaz, 2002, p. 17).

Outra preocupação do trabalho foi distinguir, dentro do âmbito das habitações coletivas, as vilas dos outros tipos de habitação coletiva, em diversos momentos e diferentes perspectivas, pois as vilas surgem em um contexto histórico em que cortiços, estâncias, estalagens, casa-de-cômodos, casas de pensão e avenidas tornaram-se expressões negativas sobre a forma de morar que simbolizou uma época. De uma maneira geral, todas surgem como objetos arquitetônicos que sucederam a senzala na relação moradia e trabalho na cidade.

A principal distinção entre as vilas e outras formas de habitação coletiva se fará em consequência das transformações estruturais na sociedade na forma de habitar, que demanda espaços com mais salubridade e privacidade, usando da prática de políticas públicas higienistas que encontram como principal instrumento o Código de Posturas. Outra distinção importante é a diferenciação entre as vilas operárias de empresas e vilas privadas. A primeira, construída para abrigar operários de empresas mediante pagamento de aluguel, e a segunda, para obter lucros por meio de aluguel destinado a trabalhadores de diversos segmentos. Esta segunda modalidade corresponde, mais especificamente, aos exemplares encontrados em Manaus – conjuntos de casas agrupadas definidas espacialmente pela unidade formal do conjunto arquitetônico que possui uma via de acesso privativa, construídos para fins de aluguel.

As diversas narrativas sobre a produção do espaço urbano manauara na primeira metade do século XX, são unânimes na observação de dois momentos distintos: o primeiro, entre 1900 e 1920, período que perpassa o apogeu e declínio da riqueza produzida pela economia da extração do látex; o segundo entre 1920 e 1967, considerado pela maioria dos estudos, o tempo da cidade em crise, que se arrasta até a criação da Zona Franca de Manaus.

Nessa perspectiva, tudo em Manaus entre 1890 e 1920, aconteceu à sombra do desenvolvimento comercial de exportação da borracha e dos produtos florestais da Amazônia. Quase trinta anos depois, na leitura feita sobre a cidade em 1953, o geógrafo Aziz Ab’Sáber, observou as

transformações radicais que marcaram aquele período de transformação intensa na “fisionomia urbana” permaneciam inalteradas. Ou seja, a paisagem urbana e arquitetura, que foram testemunhas dos anos de urbanização intensa nos primeiros anos daquele século, revelam “um aspecto muito singelo”, onde ressalta a herança arquitetônica pouco alterada, “É de se notar que não variou muito a paisagem da porção central de Manaus, desde o começo do século até os nossos dias” (Ab’sáber, 1953, p. 29), e completa na observação feita a partir de uma descrição de 1908, onde acrescenta: “Paul Walle, que visitou a cidade em 1908, encontrou-a, aparentemente, muito parecida com aquela que visitamos em 1953” (Ab’sáber, 1953, p. 29).

Ainda que prevaleça nos discursos uma certa homogeneidade sobre o período de estagnação entre 1920 e 1967, alguns autores chegam a discordar. No entanto, a cidade estava relativamente estruturada e aparelhada em termos de conjunto das funções urbanas. “Apesar da crise, a cidade continuou a existir” (Oliveira, 2003, p. 19)., como observa José Aldemir Oliveira. Pode-se comparar, no período posterior a 1920, que Manaus continua a crescer, mesmo em ritmo lento, porém contínuo até meados de 1950, quando novos investimentos impulsionam a economia para outros segmentos e novas indústrias começam a surgir nas áreas de expansão da cidade.

VILAS DE MANAUS: HABITAÇÕES COLETIVAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A exemplo do que acontecia nas grandes metrópoles emergentes no início do século XX, o espaço urbano que se produzia na Manaus de 1900 é incontestavelmente fruto das transformações advindas do progresso tecnológico e industrial na lógica capitalista que se consolidava no mundo, onde as cidades amazônicas prosperaram, e representam uma peça importante para compreensão de um curto e intenso período na história. Ao mesmo tempo, contradições à riqueza e à prosperidade emergem nas camadas sociais cuja mão de obra é explorada nesse processo: a exclusão social e espacial a qual as classes trabalhadoras sofrem no período de fausto da *Belle Époque* não era um dado ignorado pelo poder público. Como exposto por Edneia Mascarenhas Dias sobre o Relatório do Diretor de Obras Públicas ao Governador do Estado, Dr. Silvério Nery, em 1901:

É preciso fomentar, por meio de prêmios e isenções fiscais prazo que compense o emprego de capitais, as construções mais em voga em outros países – agrupamentos de casas, formando vilas e núcleos de famílias – seria, com efeito, magnífica tentativa para mais depressa se povoar os subúrbios

da capital, sem onerar os cofres da municipalidade (Dias, 2007, p. 125).

A situação urgente fica evidente na manifestação do superintendente municipal, o Cel. Adolpho Lisboa em 15 de fevereiro de 1905, na leitura do relatório apresentado ao Conselho Municipal de Manáos, cuja fala explicita a situação precária, insalubre e promíscua das habitações do proletariado da cidade: “É de conhecimento de vós todos a luta que sustenta o proletariado em Manaus com as habitações para si e suas famílias.”, trazendo à tona problemas como preços “altíssimos” dos aluguéis comparados aos baixos salários, ao assumir publicamente o conhecimento do poder público sobre as péssimas condições de moradia. Em sua fala, propõe a construção de uma “Villa Operária” para solucionar o problema. Essas vilas seriam alugadas à classe proletária, onde a “construção e exploração” da “Villa” poderia ser confiada a uma empresa privada e capitalizada, cabendo ao poder público “alguns auxílios”, como o terreno e isenção de impostos (Jornal do Commercio, 16/02/1905).

A iniciativa de Adolpho Lisboa deu partida para contratação feita ao engenheiro arquiteto francês Amadêe Victor Derbés em 1906, para a construção da Villa Operária Adolpho Lisboa a ser implantada em terreno cedido pelo governo em uma praça no “plano inclinado” (bairro da Aparecida), que gerou um imbróglio jurídico em torno de irregularidades no aforamento do terreno e conseqüente paralisação das obras em 1909. Tratava-se de uma tipologia de casas individuais, com afastamentos laterais e inseridas em lote (diferentes das vilas objeto desse estudo). De acordo com Mario Ypiranga Monteiro, em seu livro “Arquitetura – Tratado sobre a evolução do prédio amazonense”, eram casas construídas em “cantaria de pedra-tijolo”, lado a lado, “é a Vila Lisboa, no Plano Inclinado, quatro casas na rua 10 de Julho e quatro (não concluídas), para a rua Wilkens de Mattos” (Monteiro, 2006, p. 84).

Ainda em 1909, depois do fracasso na Vila Lisboa, a superintendência municipal, ao final da administração de Agnello Bittencourt, publicou diversas vezes, uma série de Editais chamando para concorrência pública visando a contratação de vilas operárias em diversos pontos da cidade. Nesse contexto, para “a construção das chamadas vilas operárias” (Dias, 2007, p. 126), a municipalidade oferecia a vantagem da isenção do Imposto Predial durante o prazo de 15 anos, mas em contrapartida, fazia uma série de exigências que, aos olhos dos investidores, findavam por inviabilizar as propostas. A ideia era que essas vilas fossem construídas em terrenos mais afastados, em áreas menos valorizadas que o centro. No entanto, os investidores teriam que arcar com as despesas de desapropriação dos

terrenos necessário, assim como apresentar a submissão da administração a tabela de preços de aluguel. “As casas proletárias seriam alugadas à classe proletária, a funcionários públicos ou a qualquer um que se obrigasse a sua conservação e aluguel” (Dias, 2007, p. 126).

O resultado dessa contenda foi que os investidores e proprietários continuaram a optar pela construção de vilas no centro. Atendendo as conformidades da aparência externa, mas internamente com péssimas condições de moradia, no que se refere a ventilação e iluminação e equipamento sanitário. Essas habitações eram alugadas aos trabalhadores por 50, 60, 70 mil réis mensais. Muitos dos investidores que exploravam esse tipo de moradia, ganhavam tanto dinheiro a partir dos aluguéis, que passaram a morar em outras capitais do país ou até na Europa; na primeira década de 1900, muitos imóveis localizados em ruas de alto valor lucrativo pertenciam à mesma família.

A partir de 1909, é possível verificar uma intensificação da fiscalização das habitações coletivas a partir de intimações e denúncias publicadas em jornais, tanto nas questões da salubridade e higiene, mas também ocorrências que revelam a desordem e forma promiscuas nas formas de habitar esses espaços, que se instalavam nesses quartos de aluguel, casas de pensão, estâncias, hospedarias e até mesmo porões de casas particulares foram utilizadas para alugar como moradia.

Um importante agravante que acelerou as motivações das autoridades no sentido de acabar com os cortiços foi a propagação da febre amarela e da malária. As inspeções sanitaristas higienizadoras apontavam para essas habitações coletivas como foco principal de propagação das doenças. “Grande parte das notificações de febre amarela tem vindo dos cortiços do centro da cidade e das habitações nas proximidades desses cortiços ...” (Jornal do Commercio, 25/12/1910).

Na gestão de Adrião Ribeiro Nepomuceno como superintendente municipal, foi promulgado mais um Código de Posturas, por meio da lei nº 639, de 13 de setembro de 1910. Desta feita, é incluída no texto: “expressamente proibida, dentro do perímetro urbano de Manaus, a construção de casebres e dos quartos vulgarmente denominados – cortiços” (Sampaio, 2014, p. 178-179).

Em 1911, o superintendente e médico sanitarista, Dr. Jorge de Moraes, recém assumido na gestão do município, passa a adotar uma atitude mais enérgica, ao exigir obediências às prescrições higiênicas, ao licenciar obras de reforma e adaptação de habitações coletivas e ao ordenar a demolição daquelas que não podiam adaptar-se, ou que os proprietários não cumprissem os prazos para enquadramento legal. Jorge de Moraes faz uma

declaração com discurso inflamado sobre como as administrações passadas eram “excessivamente brandas”, e expressa radicalmente sua preocupação e determinação em resolver o “grande mal”, ao classificar as habitações coletivas como “arapucas, as pocilgas, construídas de alvenaria ou com retalhos de caixas de sabão e querosene, paredes de papel e serapilheiras, tetos de zinco – imundas, sem ar, sem luz, sem janelas, sem banheiros e latrinas” e aluguéis caríssimos e injustos cobrados pelos proprietários que moravam na Europa (Jornal do Commercio, 8/2/1911).

No entanto, ao conhecermos as vilas de casas construídas no Centro Histórico de Manaus, verificamos que é uma modalidade de habitação que se assemelha às “vilas particulares rentistas” (Bonduki, 1998, p. 46-47), e muito distantes de corresponder a “vilas operárias”, no sentido de atender às necessidades dos proletários.

Mario Ypiranga Monteiro (2006) nos traz à luz algumas lembranças muito elucidativas sobre o surgimento das Vilas de Manaus, que são muito importantes para delinear o recorte no tempo e a tipologia arquitetônica de habitação que aqui queremos nos aproximar da história:

As famosas Vilas, não as particulares, mas as coletivas, teriam que ser nomeadas aqui à parte, porque não fazem parelha com as estâncias. Geralmente é um arruado de casas de andar, dotadas de maiores cômodos, em uma ou duas fileiras, mas quando são de uma fileira, está normalmente voltada para o nascente, uma requisição da boa política construtiva. Habitadas por gente de capacidade aquisitiva superior, funcionários públicos, professores, empresários, militares, delas não se fala senão em termos agradáveis (Monteiro, 2006, p. 87).

Em Manaus, usou-se (e usa-se ainda) a expressão “estância” para denominar algumas dessas formas coletivas de habitar. Observando “que natureza da estância é serem casas sumariamente reduzidas a um quarto somente”, arruados e alinhados em um pátio e sanitários coletivos. “Geralmente formam arruados de casas de dois lados ou um lado só, com uma espécie de pátio central destinados ao serviço geral dos inquilinos”. (Monteiro, 2006, p. 84).

Na maior parte, os exemplos de habitações coletivas em Manaus, no recorte temporal em estudo, eram compostos por pequenas unidades enfileiradas (estalagens), mais conhecidas como “cortiços”, ou por casas maiores subdivididas internamente (casas-de-cômodos). Nessas duas versões, banheiros e serviços eram compartilhados. Já as “vilas de casas”, objetos deste estudo, representam “um grau acima”, porque são unidades

habitacionais que passam não demonizadas pela opinião pública e aceitas como “habitações baratas higiênicas”, bem compartimentadas do ponto de vista funcional, mais cômodos com iluminação natural e ventilação, instalações elétricas, hidráulicas, e banheiro individual, além de construídas com materiais superiores. Seus moradores são funcionários do setor público ou privado.

Dentro do perímetro do Centro Antigo de Manaus e, às vezes no entorno, ainda é possível encontrar significativos exemplares de Vilas de Casas possíveis de identificar morfologicamente, apesar da descaracterização e decadência física. Alguns conjuntos são vilas de casas lado a lado, muitas vezes, até quatro casas, mas todas dispostas com a fachada para rua, ou seja, na face da quadra. As Vilas de Casas de que tratamos na pesquisa são as que, implantadas em um lote longo ocupando o miolo do quarteirão, organizam-se com casa (ou casas) na fachada principal voltada para face da quadra e por meio de uma via privativa perpendicular à rua que dá acesso às casinhas, que são sobrados “gêmeos” construídos lado a lado (casas geminadas), com parede lateral comum e fachadas harmonizadas para essa via; chegam a ter, em certos casos até 20 casas.

O fenômeno das Vilas de Casas em Manaus acontece de maneira semelhante e diferente das Vilas Operárias de outras capitais aqui citadas: Semelhante, naquilo que compreendemos com fato gerador da decisão de edificar essas habitações, o incômodo causado aos grupos dominantes, pela presença de cortiços insalubres, precários e pobres em áreas centrais valorizadas e “bem habitadas”, ao construir e disponibilizar para alugueis, casas em condições de habitabilidade e salubridade, com as inovações técnicas e sanitárias. Diferente, porque não correspondem, em momento algum, às vilas operárias que supostamente serviriam ao proletariado. Localizadas nas áreas centrais e valorizadas da época, e não nas periferias, as vilas foram, na sua maioria, ocupadas por famílias de classe média.

Em Manaus, as vilas acabaram por representar uma maneira marcante na cultura do viver no centro. Essas habitações que hoje estão localizadas e incluídas em perímetros delimitados pelos órgãos que protegem o Patrimônio Histórico edificado, onde muitas delas se encontram esvaziadas, deterioradas e desvalorizadas, enquanto propriedades, pelo mercado imobiliário.

Aproximações sobre a produção das vilas no espaço urbano

As disciplinas espaciais² utilizam-se do método de aproximações sucessivas, que se inicia por uma visualização mais distante e generalizada e se aproxima, por etapas, até os diversos pormenores e detalhes, e vice-versa. Na perspectiva mais imediata de sua materialidade, as cidades se apresentam, na realidade brasileira, como grandes massas volumétricas historicamente construídas. Isso exige um aprofundamento na compreensão de cidade como espaço produzido e inacabado, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido.

A aproximação, dentro destes limites da concepção urbana desse período (1900-1950), permite recortes, por meio dos quais é possível identificar morfologicamente, no interior desses ou quarteirões, suas subdivisões em lotes. A maioria deles, onde estão situadas as vilas, são grandes e se alongam no interior do quarteirão, com esses conjuntos de casas agrupadas e construídas lado a lado no interior desse mesmo terreno. Entretanto, essa descrição, presumível por mapas cadastrais ou imagens de satélite, somente se confirma ao percorrer o centro antigo da cidade de Manaus e seus antigos bairros como Aparecida, Bairro do Céu, Praça 14 e Centro.

Tendo como premissa a necessidade de investigar e identificar morfologicamente a inserção dessas vilas em um tecido urbano extremamente denso e alterado, decidiu-se pela utilização parcial de um dos métodos do manual de aplicação do Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU/IPHAN, através da análise nos níveis da percepção visual do espaço urbano e da utilização dos mapas cadastrais. Foi a partir de investigações em percursos feitos a pé, por meio de conversas com moradores, passantes e imagens in loco, algumas feitas com uso de drone, que se pode investigar a existência de vilas (e algumas estâncias)

² Esclarecendo aqui, o protagonismo do “espaço”, enquanto objeto de estudo para a Arquitetura e Urbanismo. Bruno Zevi, em “Saber ver a Arquitetura”, apresenta uma reflexão sobre como o espaço é o caráter essencial da arquitetura – o que a distingue de outras atividades artísticas – isso se explica pelo fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem. A pintura atua sobre duas dimensões, mesmo quando sugere três ou quatro. A escultura atua sobre três dimensões, mas o homem fica do lado de fora. Já a arquitetura, é como uma grande escultura em cujo interior o homem penetra e caminha. Assim, consecutivamente, a experiência espacial prolonga-se dos espaços interiores para os exteriores (ou urbanísticos), da casa para as ruas, quarteirões, praças, parques, edifícios, estádios e arranha-céus. O desenho, a planta, nada mais é do que representação do espaço tridimensional, em projeção abstrata no plano horizontal (o papel), a partir de relações de proporção das dimensões do objeto real para o representado definidas pela escala (Zevi, 2009, p. 17-18; idem, p. 30).

remanescentes desse período e de outros, pouco reconhecíveis no tempo – devido à descaracterização causada pelas alterações nas fachadas, barreiras visuais de toda ordem, bem como sobreposições de construções sobre as antigas, reposição de telhados e revestimentos com materiais modernos e muitas vezes adições ao volume original das casas.

Foram identificadas, 58 vilas existentes (inventário com listagem geral e mapeamento), algumas com características morfológicas evidentes de época ou periodicidade, seja pela marcação da data na fachada, seja pela presença de fragmentos de ornatos e resquícios de estilo arquitetônico, seja pela detecção de materiais específicos empregados na construção; porém, dentro desse universo, também foram consideradas algumas que foram remodeladas para outro uso, mas possuem características formais de vila e, o que foi mais difícil, algumas autodenominadas vilas (pelos moradores ou por meio de sinalização legível), que configuram o mesmo tipo de espaço produzido, sem características homogêneas no conjunto, porém, guardam na espacialidade os mesmos tipos de relações de sociabilidades e vizinhança. Singularidades socioculturais, históricas e da paisagem urbana sinalizaram como moldura conceitual capaz de explicitar os atributos que caracterizam as vilas.

No interior desses quarteirões, as vilas de casas que ainda permanecem no interior das quadras e lotes do centro antigo de Manaus constituem um aspecto singular na conformação de um processo mais amplo que é a construção de habitações. As vilas sofreram uma série de transformações acompanhando a dinâmica da própria cidade em processo ou ainda mudanças conjunturais que acabaram por acarretar venda para outros proprietários e imbrólios jurídicos envolvendo disputas familiares pela propriedade de acervos hereditários. Foi possível, também, descobrir lugares onde já existiram vilas – são as “vilas desaparecidas”, porém não são mais identificáveis ou reconhecidas, tanto morfológicamente, como pelo uso alterado, descaracterização, ou até mesmo pelo esquecimento dos vizinhos e moradores sobre o passado do lugar que habitam.

O Espaço Habitado e Lugares de Memória

A natureza simultaneamente física e social do espaço arquitetônico urbano revela a cidade enquanto produto, isto é, porção territorial fisicamente alterada, onde se desenvolvem práticas sociais diversas e complexas. Nas palavras de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço urbano, tomando o termo “produção” num sentido amplo, compreendendo produção de obras e produção de relações sociais.

A cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações da cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (Lefebvre, 2016, p. 52).

Percebe-se então, a partir de outra perspectiva, a necessidade de observar, levantar e analisar a arquitetura construída, que se faz “documento”, pois “não há memória espontânea”, “é preciso criar arquivos” que registrem o objeto, os costumes e os modos de viver. Não somente pela materialidade construída, mas principalmente pelo ato de reconhecer e valorizar a imaterialidade contida nesses prédios, impregnados de significados simbólicos, memórias de vidas que os conferem chamar de “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 13).

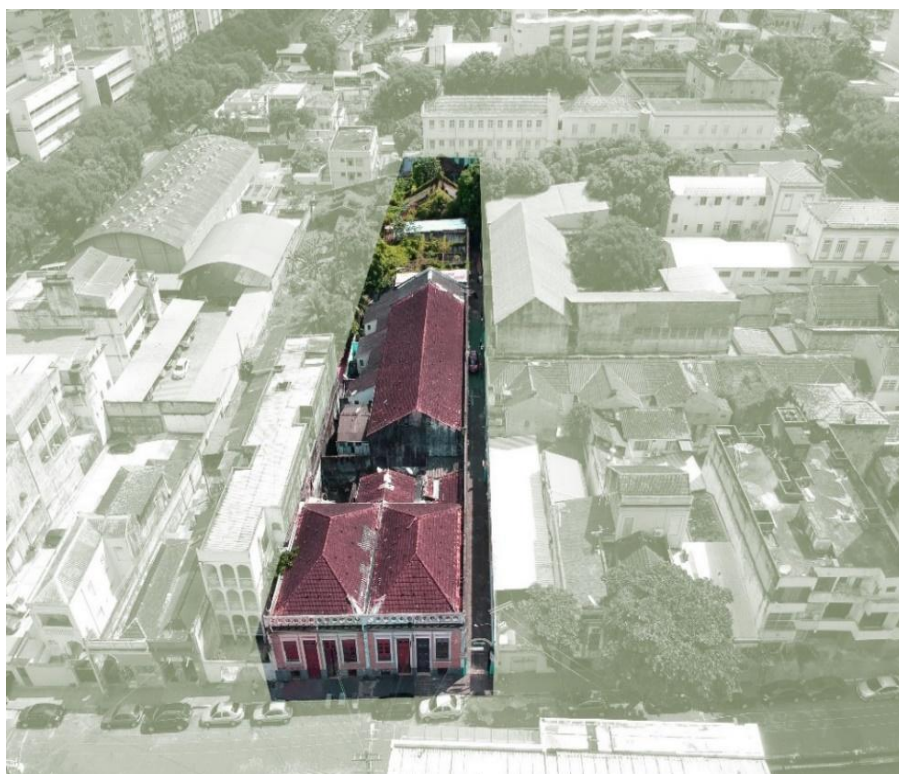
A Vila Georgette (Figura 1) já existia em 1905 (Jornal do Commercio, 07/09/1905), sendo o exemplar mais conhecido dentre as vilas do centro histórico de Manaus. Mario Ypiranga Monteiro afirma que “é uma das mais velhas vilas que se tem notícia em Manaus” (Monteiro, 2006, p. 87). Localizada na Rua Lauro Cavalcante, n. 73, foi construída com fins rentistas pelo comerciante português Isaias Bento Luiz, que foi fundador da loja Central de Ferragens e teve como último herdeiro Isaias Soares Bento. Encontrou-se um registro da existência da vila em 1905 cujo conteúdo revela os frequentes problemas em relação ao depósito de lixo em lugares inadequados.

A implantação da vila acontece de modo muito peculiar e racionalmente organizado: O terreno mede 22m x 110m e está localizado na rua Lauro Cavalcante (rua Henrique Martins em 1900). São quatro casas maiores na fachada em gosto eclético simples e sóbrio, alinhada com quadra, com cornijas que arrematam a platibanda adornada com aberturas circulares que completam o coroamento do edifício. As paredes são revestidas de “tijolinhos polidos” com acabamento no mesmo material com desenhos geométricos, técnica e produto tipicamente portugueses. As quatro casas cujas fachadas se encontram na rua principal, são bem maiores e de materiais de qualidade superior; sendo, muito provavelmente alugadas por preços mais altos do que as casas menores e com fachada para via particular da vila. Um portão de ferro com pórtico em arco tem o nome da vila e abre para o “arruado de casas ao lado esquerdo” no interior do quarteirão, contendo 16 casas geminadas em gosto eclético simples e sem revestimento

cerâmico, com platibanda e bordas nas portas e janelas (Monteiro, 2006, p. 87).

No porão da última casa funcionava o jornal “Vanguarda”, do Sr. Jacy Zany, em que me fiz jornalista ali pelas calendas de 1927. À entrada dessa “avenida” existem casas de fachadas de tijolinhos polidos, produto daquele ciclo de azulejos, e numa delas residiu o professor de língua portuguesa, Dr. Encarnação. Como ele era de espírito tradicionalista, até em conservar aquele sotaque luso, e somente ler obras produzidas em Portugal, os tijolinhos da fachada continuam a respeitar a idiosincrasia, e a excelente biblioteca não foi extraviada (Monteiro, 2006, p. 87).

Figura 1: Vista aérea da situação atual da Villa Georgette na rua Lauro Cavalcante. Ao fundo é possível observar a vegetação tomando espaço das coberturas perdidas no incêndio em 2012



Fonte: Santos, M.; Guerreiro, A. N. (2019)

O conjunto possuía 16 casas no interior da vila até o incêndio 2012, que destruiu 7 das casas situadas ao fim da viela privativa da vila. Eram casas geminadas com porão, construídas com fundações em pedra “jacaré” e paredes estruturais em tijolo; compostas de três cômodos ligados por um corredor, cozinha, banheiro e área aberta aos fundos, com piso em assoalho de madeira e forro em madeira; cobertura em telhas cerâmicas de tipo “Marselha”.

Ao aproximarmos ainda mais, adentramos no espaço privado. A compreensão e interpretação do domínio privado e do espaço doméstico dessas casas de vilas, construídas na primeira metade do século XX em Manaus, demandam uma abordagem articulada entre o programa arquitetônico³, não se reduzindo conceitualmente a uma simples lista de dependências oferecidas na edificação destinadas a satisfazer ao uso residencial, mas principalmente, na proposta de modo de viver que o desenho da planta da casa propõe e possibilita ao usuário do objeto; e ao estudo, dentro da perspectiva da cultura material, do papel desempenhado pelos materiais empregados, equipamentos, mobiliário e utensílios disponíveis no habitar, que propiciam a conveniência e o conforto, naquele dado momento, naquele lugar.

Ao fazer a reconstituição, em planta baixa, do que eram os programas dessas casas, observa-se que a organização do programa segue ao modelo da tripartição dos espaços da casa burguesa, ou do “morar à francesa”⁴, onde definem-se espacialmente os setores “social”, “íntimo” e “serviços”, hierarquicamente definidos: a sala é o local mais público (social), tem janela e porta para via interna (semipúblico); os compartimentos destinados ao descanso (íntimo) vem na sequência, por vezes aparecem portas entre esses compartimentos, ou dependências sem paredes em tijolo (mas vedadas por divisões reversíveis), em que se nota que a noção de privacidade ainda era inconsistente (ou transitória), e no final a cozinha, área de lavar roupa, um pequeno quintal e a sentina (serviços). É possível perceber nos exemplos demonstrados, o surgimento de um espaço destinado ao asseio completo – o banheiro – esse item é raro mesmo nas casas mais abastadas no início na primeira década do século XX.

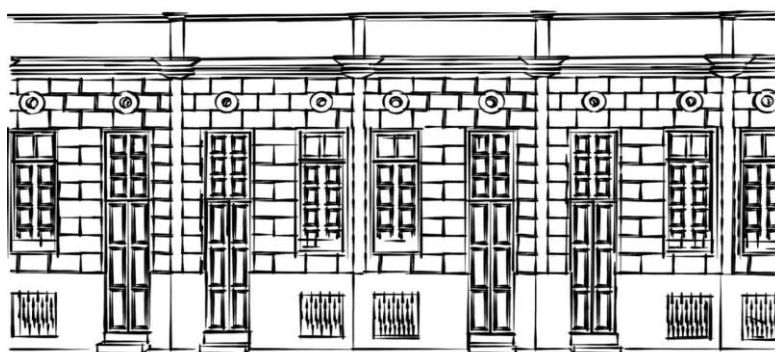
³ Programa arquitetônico – também chamado de programa de necessidades ou simplesmente programa. Define-se para o projetar na Arquitetura, o programa é uma relação de todos os cômodos, ambientes, ou elementos previstos para a construção de um edifício e deve traduzir, sob forma de elementos arquitetônicos, os espaços, onde serão desenvolvidas as atividades humanas, de acordo com a função demandada e características da clientela, além das noções de conforto e necessidades conjunturais e coerentes com seu tempo (Neves, Laert Pedreira – Adoção do Partido na Arquitetura – EDUFBA, 2012).

⁴ Lemos, ao discorrer sobre as transformações no agenciamento internos dos palacetes paulistanos, explica que a expressão “morar à francesa” pressupunha a divisão da moradia em três zonas distintas: a de estar e receber, a de repousar e a de serviço são compostos (Lemos, 1993, p. 104). Esse critério de distribuição do programa “burguês” foi transportado, de maneira simplificada para as habitações populares, na medida em que novos projetos eram direcionados para esse público.

Ao analisarmos o programa da Villa Georgette (1900-1905), verifica-se uma compartimentação semelhante a algumas das primeiras vilas operárias brasileiras. A casa demonstrada em planta baixa como “planta-tipo”⁵, é uma reconstituição baseada em levantamento métrico executado sistematicamente, em que a verificação das paredes originais, subtrações e adições feitas ao longo do tempo foram desconsideradas na reconstituição da planta. Isso pode ser verificado em análises comparativas às casas arruinadas depois do incêndio, onde foi feito uma investigação prospectiva em meio à ruína, ao lixo e vegetação crescente, mas que ainda permanecem de pé as paredes originais.

A casa da Villa Georgette tem a fachada voltada para via interna da vila e programa original distribuído da seguinte forma: pela porta voltada para rua da vila, há uma pequena escada, onde, do lado esquerdo, com 5 degraus, onde se desce para um porão alto, com 2 metros de altura e 7 metros de comprimento. Do mesmo acesso da porta frontal, ao lado direito, há outra escada com 5 degraus que sobem para um corredor com acesso a três cômodos, uma sala, em quarto e outro cômodo aberto para o corredor, que pode ou não ter sido utilizado como quarto (em alguns casos suava-se vedação feita em tabique como uma função divisória). De frente para rua, a pequena sala é o único cômodo com janelas, e ao final do corredor a cozinha. O pé direito, neste nível, é de 4,5 metros e o forro branco, todo em madeira, com desenho geométrico em forma de losango de peças encaixadas no centro e treliças de madeira emolduradas na composição geral, e pintadas em cal. Nos fundos da casa, um pequeno quintal com tanque de lavar e sentina (latrina).

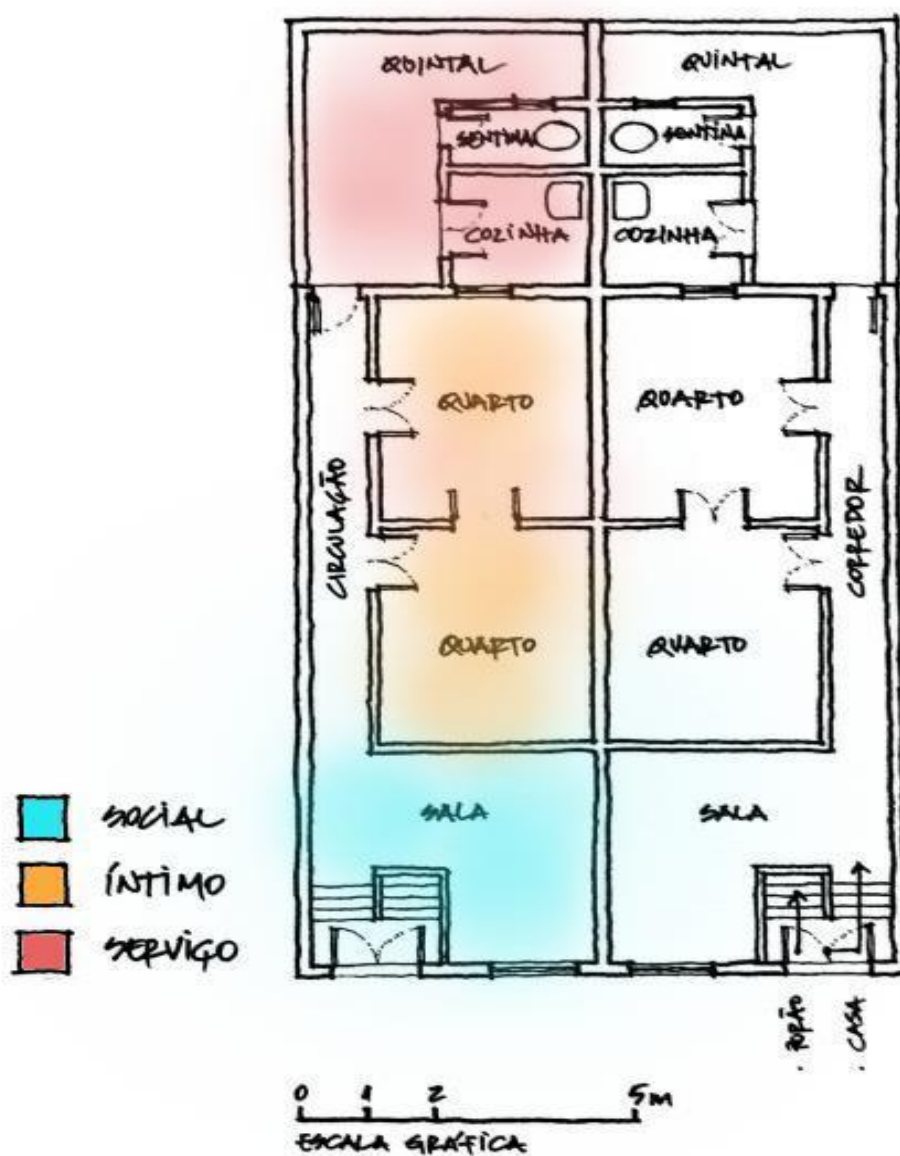
Figura 2: Croqui da fachada das casas na via privativa da Vila Georgette



Fonte: Queiroz, G.; Guerreiro, A. N. (2019)

⁵ Planta-tipo da casa – cuja planta baixa se repete no número de casas e formam um conjunto de casas iguais.

Figura 3: Planta Baixa da casa da Villa Georgette, com a casa gêmea rebatida (espelhada). O agrupamento, duas a duas, compõem o conjunto arquitetônico da vila em sua via privativa



Fonte: Croqui da autora (2019)

CONSIDERAÇÕES

A sensibilidade à arquitetura na cidade histórica sempre é uma questão polemica, pois quando confrontamos a pobreza e o caos, a arquitetura transforma-se em ruína que atesta a decadência. Dessa forma, sempre há uma ansiedade em expressar como o espaço que nos cerca nos influencia e nos toca definitivamente. Ao experimentar espaços acolhedores e desfrutáveis, na surpresa ao defrontar uma perspectiva que emociona e ao caminhar pelas ruas e adentrar espaços que remetem ao passado distante – que muitas vezes parece melhor do que o presente.

O principal tema abordado na pesquisa que deu origem a esse artigo está materializado nas vilas de casas, o espaço da moradia, dentro de uma perspectiva que aborda um certo tipo, que chamamos de coletivas no passado, e mais recentemente de multifamiliar. Ao mesmo tempo, buscou-se registrar e resgatar parte da memória urbana de Manaus, ao reconhecer a importância dessa tipologia de habitação como herança cultural a valorizar e preservar.

Ao percorrer as ruas da cidade a procurar e investigar esses fragmentos do tecido urbano, que permeiam os quarteirões e guardam surpresas, algumas desagradáveis aos sentidos, porém, aos olhos da arquiteta e urbanista, com potencial revelador sobre a história acumulada e contida no espaço construído e transformado. Dentre as 58 vilas localizadas, somente 4 casas puderam ter sua originalidade investigada e para demonstrar neste artigo, somente uma, por ser a mais antiga (com o uso original), com características preservadas, apesar de encontrar-se parcialmente em arruinamento. Porém, existem muitas outras vilas, algumas com casas originais em madeira que ainda resistem. A desvalorização e abandono da arquitetura em madeira no cotidiano manauara sempre foi um fato que incomoda alguns arquitetos, por tratar-se de uma matéria prima regional e coerente com o clima local.

Essa aproximação entre os sentidos dos espaços arquitetônicos e urbanísticos, do privado e público, explicitam significados e valores atribuídos aos lugares e à maneira que estabelecemos relações com a vizinhança e com a coletividade. Compreendendo assim, os espaços da habitação, dos percursos, da escola, do trabalho, do lazer e contemplação etc., todos fazem parte da construção da percepção da cidade enquanto lugar de vivências e sociabilidades.

O resgate da memória das cidades não deve se limitar a recuperar as formas materiais, dos edifícios históricos, herdados de tempos pretéritos. Maurício Abreu, nos fala em “Sobre a memória das cidades” que “as

memórias coletivas permanecem e perduram muito mais em seus registros e documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem urbana”. É a partir do registro, que essa memória coletiva vai se transformar em memória histórica, e conseqüentemente, preservar a memória das cidades. São eles que permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem (Abreu, 2011, p. 27).

Para Milton Santos, (1994, p. 36), o lugar é a “extensão do acontecer solidário”, entendendo-se por solidariedade a obrigação de viver junto. Ou seja, o lugar é lócus do coletivo, do intersubjetivo. Dessa forma, vemos o objeto desse estudo, esse fragmento do tecido urbano, denominado “vila” e composto pelo agrupamento de casas, implantada no interior dos quarteirões, cuja ligação com a via principal se faz por meio de uma viela estreita, que se apresenta como um elemento espacial de caráter semipúblico – a rua estreita configura um espaço de transição que separa o público (a cidade) do privado (casa).

Esses fragmentos do tecido urbano, onde grupo de casas abrem um espaço que se destaca no interior do quarteirão, que se repete em um padrão de composição arquitetônico determinado, e que no interior, quase sempre tem o mesmo programa; pelo pátio ou arruamento – esse espaço semipúblico é utilizado basicamente pelos próprios moradores e se apresenta como um espaço de transição, que se coloca entre a vida privada, no interior das casas, e o público, espaço de conflitos e disputas, a cidade. Dessa forma, esse espaço transitório parece representar um lugar mais acolhedor.

Quem já passou pelas ruas no centro histórico, nos bairros da Aparecida, na Av. Joaquim Nabuco e cercanias do Igarapé de Manaus, pode perceber, ou deve ter notado, diversas vezes, que, entre algumas edificações há uma rua estreita com casas idênticas alinhadas, que penetram no miolo da quadra e configuram esse espaço da vila, onde os moradores sentam-se para conversar em grupos de dois ou três, em “cadeiras de macarrão” (ou tipo espaguete), e compartilham suas vidas em um modo de vida peculiar.

O que se percebe é que é esse caráter semipúblico da via privativa, com as casas geminadas alinhadas voltadas para a via, que se transforma em pátio comum, onde as pessoas se conhecem e convivem, proporciona um cenário nostálgico que transporta aquele que adentra na vila para outro tempo – talvez “um tempo que o próprio tempo comeu [...]” (Mello, 1983, p. 31), ao tomar por empréstimo as palavras do poeta Thiago de Mello, ex-morador da Vila Pedrosa, engolida pelo tempo.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, AZIZ NACIB. A CIDADE DE MANAUS: (PRIMEIROS ESTUDOS). **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, N. 15, P. 18-45, 1953.

ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. SOBRE A MEMÓRIA DAS CIDADES. **GEOGRAFIA: REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS, PORTO**, V. 14, P. 77-97, 1998. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://LER.LETRAS.UP.PT/UPLOADS/FICHEIROS/1609.PDF](https://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf).

BONDUKI, NABIL. **ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. ARQUITETURA MODERNA, LEI DO INQUILINATO E DIFUSÃO DA CASA PRÓPRIA / NABIL BONDUKI – SÃO PAULO: ESTAÇÃO LIBERDADE: FAPESP, 1998.**

CHOAY, FRANÇOISE. **A ALEGORIA DO PATRIMÔNIO. SÃO PAULO: UNESP, 2006.**

DIAS, EDINEIA MASCARENHAS. **A ILUSÃO DO FAUSTO. MANAUS 1890-1920. MANAUS: VALER, 2007.**

HARVEY, DAVID. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA: UMA PESQUISA SOBRE AS ORIGENS DA MUDANÇA CULTURAL. 17. ED. SÃO PAULO: EDIÇÕES LOYOLA, 1992.**

LEFEBVRE, HENRI. **DIREITO À CIDADE. TRADUÇÃO DE RUBENS EDUARDO FRIAS. SÃO PAULO: CENTAURO, 5. ED. 2008, 6ª REIMPRESSÃO 2016.**

LEMONS, CARLOS A. C. **ALVENARIA BURGUESA: BREVE HISTÓRIA DA ARQUITETURA RESIDENCIAL DE TIJOLOS EM SÃO PAULO A PARTIR DO CICLO ECONÔMICO LIDERADO PELO CAFÉ. 2. ED. REV. AMPL. SÃO PAULO: NOBEL, 1989.**

MELLO, THIAGO. **MANAUS AMOR E MEMÓRIA. MANAUS, 1983.**

MONTEIRO, MÁRIO YPIRANGA. **ARQUITETURA: TRATADO SOBRE A EVOLUÇÃO DO PRÉDIO AMAZONENSE. MANAUS: MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO, 2006.**

NEVES, LAERTE PEDREIRA. **ADOÇÃO DO PARTIDO NA ARQUITETURA. SALVADOR: UFBA, 1989.**

NORA, PIERRE. ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **PROJETO HISTÓRIA**, V. 10, P. 7-28, 1993. (TRAD.: YARA AUN KHURY).

OLIVEIRA, JOSÉ ALDEMIR. **MANAUS DE 1920 - 1967. MANAUS: VALER/ GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS/ EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2003.**

SAMPAIO, PATRÍCIA MELO. **POSTURAS MUNICIPAIS DO AMAZONAS (1838-1967). ORGANIZAÇÃO DE PATRÍCIA MELO SAMPAIO. MANAUS: EDUA, 2016.**

SANTOS, MÍLTON. **O RETORNO DO TERRITÓRIO. TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO. TRADUÇÃO. SÃO PAULO: HUCITEC/ ANNABLUME, 2002.**

VAZ, LILIAN FESSLER. **MODERNIDADE E MORADIA: HABITAÇÃO COLETIVA NO RIO DE JANEIRO: SÉCULOS XIX E XX. RIO DE JANEIRO: 7 LETRAS, 2002**

ZEVI, BRUNO. **SABER VER ARQUITETURA. TRAD. ÁLVARO CABRAL. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1998.**

PERIÓDICOS

JORNAL DO COMÉRCIO – CONSULTADOS NA HEMEROTECA VIRTUAL DA BIBLIOTECA NACIONAL

JORNAIS DA INTERNET

DIAS, MÔNICA; SOUZA, MARINA. “INCÊNDIO DESTRÓI SETE CASAS EM VILA HISTÓRICA NO CENTRO DE MANAUS”. G1. DISPONÍVEL EM: [HTTP://G1.GLOBO.COM/AM/AMAZONAS/NOTICIA/2012/08/INCENDIO-DESTROI-SETE-CASAS-EM-VILA-NO-CENTRO-DE-MANAUS.HTM](http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/08/incendio-destroi-sete-casas-em-vila-no-centro-de-manaus.htm). ACESSO EM: 09 NOV. 2016.

PEREIRA, CAMILA; STRAHM, BRUNO. “INCÊNDIO ATINGE A VILA 'JORGETE' NO CENTRO DE MANAUS”. ACRÍTICA ON-LINE. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ACRITICA.COM/GALLERIES/INCENDIO-ATINGE-AO-MENOS-SETE-CASAS-NA-VILA-JORGETE-NO-CENTRO-DE-MANAUS](http://www.acritica.com/galleries/incendio-atinge-ao-menos-sete-casas-na-vila-jorgete-no-centro-de-manaus). ACESSO EM 09 NOV. 2016.